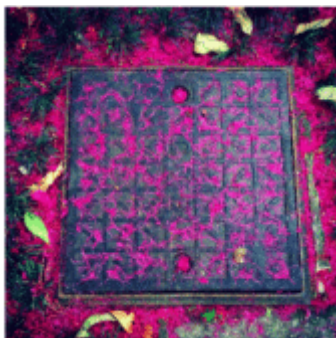


A cúpula EUA-China



Por **GILBERTO LOPES***

Poucas vezes um encontro internacional contribuiu tanto para iluminar a cena política mundial

“Compatriotas, neste momento as nossas forças e as forças da coalizão estão nas fases iniciais de uma operação militar para desarmar o Iraque, libertar seu povo e defender o mundo de um perigo grave”. Caía a tarde de 19 de março, há 18 anos, quando o presidente George W. Bush anunciou ao mundo o início de outra guerra, que ainda não terminou. A declaração de guerra feita pelo Congresso ainda segue vigente. Mas, acima de tudo, as consequências desastrosas dessa guerra para o Iraque e o Oriente Médio (e para o mundo) também não terminaram.

Nenhum dos três argumentos usados para atacar o Iraque tinha sustentação. Como sabemos, as armas atômicas que, segundo Bush, o primeiro-ministro britânico Tony Blair e o chefe do governo espanhol, José María Aznar, Saddam Hussein possuía, na verdade não existiam. Portanto, tampouco havia esta “grave ameaça” da qual os três pareciam dispostos a livrar o mundo. O outro objetivo – libertar o povo iraquiano – não parece ser uma atribuição legítima do governo norte-americano.

A autorização do Congresso para o uso da força no Iraque, outorgada em 2002, ainda se encontra em vigor como visto. Donald Trump manipulou essa vigência para justificar o assassinato do major-general Qasem Suleimani em janeiro do ano passado. E, embora o presidente Joe Biden não a tenha invocado, o ataque à Síria, no último dia 25 de fevereiro, sob o pretexto (ou com a justificativa) de que se tratava de milícias apoiadas pelo Irã, também foi realizado sem autorização do Congresso, como lembraram o senador democrata e ex-governador da Virgínia, Tim Kaine, e a representante da Califórnia, Barbara Lee, também democrata, num artigo publicado na semana passada.

O assassinato de Suleimani, dizem os parlamentares, não significou apenas uma ameaça de guerra contra o Irã – para a qual o presidente precisaria da aprovação do Congresso – mas também suscitou a ira no Iraque, um aliado chave no Oriente Médio. Provocou protestos em massa e uma votação no parlamento iraquiano exigindo a retirada das tropas norte-americanas do país. Algo que ainda não foi cumprido.

As guerras foram promovidas por outros

Nesse mesmo dia, em Anchorage, a delegação chinesa, reunida com seus colegas norte-americanos, lembrou-lhes de que “as guerras foram promovidas por outros”. “Acabamos de chegar de uma viagem ao Japão e à Coreia do Sul, dois dos nossos aliados mais próximos”, disse o secretário de estado, Antony Blinken, ao seu homólogo chinês, ao abrir o encontro de Anchorage na última quinta-feira. “Eles estão muito interessados no que vamos discutir, porque são assuntos relevantes não só para a região, mas também para o mundo”, acrescentou ele. “Incluindo a política chinesa para a região autônoma de Xinjiang, Hong Kong e Taiwan, bem como os ciberataques e as pressões econômicas contra nossos aliados. Todas estas ações ameaçam uma ordem internacional baseada em regras, que garantam a estabilidade no mundo”, acrescentou ainda Blinken.

As reivindicações foram reforçadas pelo assessor de segurança nacional, Jake Sullivan, que acrescentou a preocupação com o ataque a valores fundamentais de seu país. “Ouvimos estas preocupações por todo o mundo, dos nossos aliados e parceiros à vasta comunidade internacional, durante consultas intensas que realizamos nos últimos dois meses”, disse Sullivan.

Falou então o chefe da Comissão Central para os Assuntos Internacionais do Partido Comunista Chinês, Yang Jiechi, um diplomata de longa trajetória: “o que a China e a comunidade internacional defendem é o sistema internacional estabelecido pelas Nações Unidas, não aquilo que um pequeno número de países reivindicam, a chamada ordem internacional baseada em regras”. “As guerras no mundo”, acrescentou ele, “foram provocadas por alguns outros países e deixaram um vasto número de vítimas”. “Não somos a favor da política de invasão de outros países pelo uso da força, ou de derrubar outros regimes por vários meios, nem de massacrar povos de outros países, porque isso só causa caos e instabilidade no mundo. E, ao fim do dia, nada disto tampouco serve para os Estados Unidos”.

“Os Estados Unidos precisam parar de tentar impor seu próprio sistema democrático ao resto do mundo; os Estados Unidos têm a sua forma de democracia, mas a China também tem a sua”, acrescentou Yang, que, por fim, lembrou Blinken de que os dois países que ele tinha acabado de visitar são o segundo e o terceiro maiores parceiros comerciais da China, e que a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), composta por 10 países da região, é hoje o maior parceiro comercial da China, à frente dos Estados Unidos e da União Europeia.

Apostar contra os Estados Unidos

Mas se há algum ponto particularmente sensível na relação entre as duas partes, é o da soberania e o que a China considera interferência nos seus assuntos internos. “Xinjiang, Tibete e Taiwan são partes inalienáveis do território chinês. A China opõe-se firmemente à intervenção norte-americana nos nossos assuntos internos. Manifestamos nossa oposição resolvida a essa interferência e tomaremos medidas firmes em resposta”. Para a delegação chinesa, não haverá compromisso sobre a questão de Taiwan, e a alegação de “genocídio” em Xinjiang é “a maior mentira do século”.

A intervenção prolongou-se. Com a imprensa presente, a dura troca não estava prevista. Yang lembrou Blinken de que os Estados Unidos não representam a opinião pública internacional, ou sequer o mundo ocidental. “Não acredito que a maioria absoluta dos países do mundo reconheça os valores universais reivindicados pelos Estados Unidos, nem reconhecem que as regras ditadas por um pequeno número de pessoas no mundo servem de base para a ordem internacional”.

O conselheiro de Estado e ministro das relações exteriores, Wang Yi, insistiu na necessidade dos Estados Unidos abandonarem suas práticas hegemônicas de interferência nos assuntos internos da China e recordou que, na véspera da partida de sua delegação para a reunião em Anchorage, Washington aprovou novas sanções contra 24 altos funcionários chineses relacionados com Hong Kong. “Não sabemos se tomaram essa decisão pensando que isso lhes daria uma vantagem nas negociações com a China, mas estão equivocados. “Essa decisão”, disse Wang, “apenas revela a vulnerabilidade e fraqueza dos Estados Unidos”.

Blinken decidiu responder às exposições da delegação chinesa antes de encerrar a sessão de abertura. Trouxe de volta a imprensa, que já se retirava, e disse-lhes que em seus dois meses no cargo, tinha falado com uma centena de líderes mundiais, além de realizar sua primeira viagem ao estrangeiro precisamente para dois países asiáticos. “O que ouvi é muito diferente daquilo que vocês afirmam”, disse ele, antes de encerrar sua intervenção, lembrando de uma frase de Biden, quando era vice-presidente de Obama: “Nunca é bom apostar contra os Estados Unidos!”

O equilíbrio de poder mudou

Perguntado ao sair da sala, Wang disse aos meios de comunicação que se sentiu obrigado a estender-se em seu discurso por causa do tom adotado por Blinken: “Pretendem falar-nos de forma condescendente, a partir de uma posição de força? É assim que pretendem conduzir este diálogo? Os Estados Unidos não estão em condições de dirigir-se a nós a partir de uma posição de força. Eles só prejudicarão a si próprios se tentarem estrangular o povo chinês”, disse ele.

No final da reunião, no dia seguinte, sem um comunicado conjunto, Wang reiterou que os Estados Unidos não deveriam subestimar a determinação da China em defender sua soberania. Recordou que não haverá compromissos sobre Taiwan, que a China considera parte de seu território, e instou os Estados Unidos a respeitarem o princípio de “uma só China”, que rege as relações deste país com o resto do mundo, a respeitarem os três comunicados conjuntos assinados pelos dois países sobre a questão, e a porem termo aos intercâmbios oficiais e aos contatos militares com Taiwan, que consideram violar o princípio do reconhecimento de “uma só China”.

“Embora este não seja o primeiro encontro entre chineses e norte-americanos, o equilíbrio de poder entre os dois países alterou-se”, afirmam Lara Jakes e Steven Lee Myers numa nota do *The New York Times*, publicada de Anchorage na sexta-feira. “Durante décadas”, acrescentam, “a China aproximou-se do governo americano a partir de uma posição de fraqueza econômica e militar. Isso forçou-os, embora com relutância, a aceitar algumas vezes as exigências americanas, seja libertando algum advogado de direitos humanos, ou aceitando as condições de Washington para ingressar na Organização Mundial do Comércio”.

Mas as coisas mudaram. A China sente-se agora mais confiante para desafiar os Estados Unidos e promover sua própria visão de cooperação internacional. Como disse Xi Jinping”, recorda Jakes e Myers, “O Oriente está surgindo e o Ocidente está declinando”.

Insultos calculados

A esperança de que a reunião de Anchorage pudesse ajudar a melhorar as relações bilaterais, após anos de tensões sobre comércio, direitos humanos e cibersegurança durante o governo de Donald Trump, evaporou-se, de acordo com o correspondente do *The Guardian* em Tóquio, Justin McCurry. Novas sanções contra altos funcionários chineses, anunciadas na véspera da reunião de Anchorage, não facilitaram as coisas. “Os Estados Unidos coordenaram uma série de insultos antes do primeiro encontro cara a cara entre as duas nações na administração Biden”, disse a agência de notícias chinesa CGTN, numa reportagem publicada na quinta-feira, o dia da abertura da reunião.

“Aqueles que esperavam um acordo entre Pequim e Washington após a relação errática nos anos Trump ficaram desapontados. Em vez disso, a administração Biden escolheu o cenário do Alasca para mergulhar a relação dos dois países num congelamento permanente”, disse a CGTN. “Repreender ou dar ultimatos a Pequim não funcionará”, acrescentou ele. Blinken anunciou sanções contra 24 funcionários chineses, incluindo um membro do gabinete político, altos funcionários da polícia e membros da assembleia chinesa, um gesto sem sentido, “exceto para expressar o desrespeito dos EUA pela China”, segundo a CGTN.

Washington já não tem o poder de ditar suas políticas na Ásia, seja para isolar a economia chinesa, ou impedir sua inovação tecnológica. “Mais importante ainda”, acrescenta a agência, “o mundo perdeu a confiança no modelo americano. Os Estados Unidos nem sequer foram capazes de enfrentar adequadamente a pandemia da Covid-19, nem de resolver problemas como a pobreza, a violência armada e a crescente divisão entre os ricos e os demais”.

Aliados da China

O fim da pobreza extrema na China foi uma das realizações mais destacadas na recente sessão da Assembleia Popular, algo que a administração Biden “ignorou arrogantemente”, “imaginando que os países asiáticos têm mais interesses comuns com os Estados Unidos do que com a China”, disse a CGTN. “Mas até mesmo aliados incondicionais, como a Austrália, negociam duas vezes mais com a China do que com os Estados Unidos”, para concluir lembrando Biden de que os Estados Unidos ganharam a Guerra Fria devido às suas enormes vantagens econômicas sobre a União Soviética, “uma lição que deveria aprender antes de desencadear uma nova Guerra Fria contra a China”.

A revista liberal *The Economist* também lembrou disto, à sua maneira. Num artigo intitulado “Como lidar com a China”, observou que alguns poderiam pensar que o fim do liberalismo em Hong Kong, o centro financeiro da Ásia que alberga 10 trilhões de dólares em investimentos estrangeiros, poderia provocar pânico e fuga de capitais. Mas não é bem assim. Pelo contrário, Hong Kong desfruta de um *boom* financeiro, com um recorde de transações em dólares no ano passado, que atingiram 11 trilhões de dólares.

Para a revista, parece incompreensível que, num ambiente que define como de “opressão política”, o mesmo padrão de efervescência comercial possa ocorrer na China continental. A China produz 22% das exportações manufatureiras mundiais, é o maior parceiro comercial de 64 países, em comparação com apenas 38 dos Estados Unidos. Forçados a decidir, a maioria deles poderia escolher a China em vez dos Estados Unidos, avalia a revista.

Algo que o diplomata e acadêmico cingapurense, Kishore Mahbubani, já tinha previsto quando publicou um artigo, em janeiro passado, no qual explicava porque a tentativa de construir uma aliança anti-chinesa na Ásia será um fracasso.

Mahbubani referia-se à iniciativa emblemática da administração Biden na Ásia: o renascimento do diálogo sobre segurança com a Índia, Austrália e Japão, o chamado Quad. “O Quad não alterará o curso da história asiática por duas razões simples”, disse o diplomata de Cingapura. Em primeiro lugar, porque os quatro países têm vulnerabilidades e interesses geopolíticos diferentes. Segundo – e mais importante – porque, na sua opinião, o desafio estratégico na região não é militar, mas econômico.

Deste lado do mundo

Enquanto Washington joga suas cartas no espaço Ásia-Pacífico, é interessante ver como a América Latina se adapta a este novo cenário. Os interesses norte-americanos, sua visão de mundo, são administrados aqui pelas elites políticas locais, as mesmas que promoveram os acordos de comércio livre, que gerenciam o “grupo de Lima”, que controlam a OEA ou os grandes meios de comunicação e o exército em quase todos os países.

É isto o que faz esta minoria tão poderosa e cria um desequilíbrio político interno permanente, pois a intervenção externa torna impossível o desenvolvimento de um equilíbrio político interno. Até hoje, o que alimentou esta ordem foi uma ideia: a de que não havia alternativa, que o modelo oferecia, no final, a possibilidade de enriquecer a todos.

O debate com a China finalmente desnudou esta ilusão. É muito mais difícil para a direita conservadora de hoje convencer que “não há alternativa”, como poderiam fazer nos anos 80 do século passado, quando a União Soviética entrou em colapso. Seus aliados – os Bolsonaro, os Duques, os Maritos, os Piñeras, os Lenín Morenos – já não são capazes de assumir seu papel de liderança, de entusiasmar quase ninguém. Os protestos ocorrem em toda parte.

Mas a intervenção política externa permanente torna difícil a estruturação de uma alternativa. Cada vez que se busca efetivá-la, ela é aniquilada pela força, deixando os países da região numa situação caótica que se estende agora por todo o hemisfério, como a interminável longa marcha dos centro-americanos até a fronteira do norte lembra a Washington todos os dias. Raramente um encontro internacional – como este em Anchorage – contribuiu para iluminar o cenário político mundial.

***Gilberto Lopes** é jornalista, doutor em *Estudos da Sociedade e da Cultura* pela Universidad de Costa Rica (UCR).

Tradução: **Fernando Lima das Neves**